



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PARECER

**PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 65/2024.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO
DOS ANEXOS II, III, IV, V E VI,
DA LEI COMPLEMENTAR Nº
166, DE 29 DE ABRIL DE 2024,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei complementar, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a alteração dos anexos II, III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 166, de 29 de abril de 2024, e dá outras providências.

Os autos vieram com o projeto de lei, lido em 10 de dezembro de 2024, acompanhado de justificativa e com encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua **constitucionalidade**.

O Projeto de Lei Complementar visa sanar inconsistências quando da publicação da Lei Complementar nº 166, de 29 de abril de 2024, no Diário Oficial do Município de 6 de maio de 2024, com o anexo do mapa de zoneamento, onde o anexo do mapa da faixa de restrição de 500m da Orla Marítima por erros cartográficos e nos anexos das tabelas, com a supressão de uma linha importante para aplicação dos parâmetros, bem como inconformidades com texto da lei, razão pela



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

qual busca restabelecer a segurança jurídica e o posicionamento técnico urbanístico do Município de João Pessoa.

Observa-se que o projeto está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 5, I, da lei orgânica de João Pessoa, que trata da competência legislativa dos Municípios:

“Artigo 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem - estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)”

Percebe-se que o inciso I, do artigo 5, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da Cunha Júnior, entende-se, por interesse local “não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto.”

Por sua vez, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”

Assim sendo, analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a proposição padece de vícios, revelando sua **constitucionalidade**.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

III - CONCLUSÃO

PELO EXPOSTO, opina-se pelo **PARECER FAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Complementar de nº 65/2024**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

THIAGO LUCENA
Vereador - DC



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE** do **Projeto de Lei Complementar de nº 65/2024**, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das Comissões. 11 de dezembro de 2024

Thiago Lucena
Presidente

Tarcísio Jardim
Membro

Odon Bezerra
Membro

Bosquinho
Membro

Bruno Farias
Membro

Durval Ferreira
Membro

Bispo José Luiz
Membro